

GT08 – Cultura

Participantes:

Vera Abad (Coordenadora), João Felipe Verleun (Coordenador), Diana Iliescu, Ligia Bronzi, Lilia Olmedo Monteiro, Maria Cristina Franca Mello, Myriam Born, Renée Kreuger de Aguiar.

Sub-temas

Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural

Fomento à Produção Cultural

Release do GT08

Foram tecidas algumas considerações sobre os assuntos e abrangência deste GT.

Cultura e patrimônio se fundem em seus conceitos básicos posto que a cultura é parte do patrimônio e este abrange diversos aspectos culturais, materiais e imateriais. Foram discutidos os seguintes aspectos em reuniões do GT. Concordamos que o nosso patrimônio constitui a base, a riqueza e a própria razão de ser de nossa cidade:

Patrimônio Ambiental

A cidade está localizada em região serrana de rara beleza, foi idealizada em meio à mata e traçada ao longo de cascatas, riachos e rios que já foram razão de atração turística. É contraproducente separar Centro Histórico, periferia, região rural. O tratamento de preservação ambiental deve ter em foco esta situação privilegiada como um todo.

Patrimônio Histórico

A história da cidade, sua memória e divulgação vai muito além do Museu Imperial e Casa do Colono. A memória do período de desenvolvimento industrial com o vasto e variado parque têxtil se resume nos galpões desocupados ou mal aproveitados. O grupo tem sugestões para sua utilização para atividades rentáveis como para estúdios de produção cinematográfica, para criação artística e exposições de arte, e até centros esportivos comunitários. O importante seria que tais ocupações gerassem trabalho e renda.

Ainda dentro do patrimônio histórico, temos os casarões de veraneio dos vários períodos durante os quais a cidade abrigou os que vinham à procura do clima ameno e da diversão oferecida pelos cassinos, hipódromos e teatros. A arquitetura de períodos distintos – construções coloniais, mansões em estilos clássico e eclético, chalés, prédios e casas *art nouveau* contam a história da cidade. Muitos deles estão protegidos por tombamento, porém a conservação é onerosa para os herdeiros, que já não os usam para moradia. Acreditamos na necessidade de se criar organismos de ajuda à preservação, visto que apenas a isenção de IPTU muitas vezes é insuficiente e os imóveis acabam por serem cedidos por aluguel a escolas, hotéis, pousadas, clínicas, etc. Nem toda ocupação é garantia de preservação, haja vista que o próprio poder público quando os ocupa é o mais descuidado por força das mudanças políticas e falta de verbas.

Patrimônio Cultural

É comum quando se trata de cultura se imaginar de imediato a produção de apresentações artísticas – o espetáculo. De um modo geral este é o pensamento que rege a maior parte do apoio a ser dado financeiramente à cultura. Vamos tratar de alguns traços culturais de

nossa cidade que foram descritos em nossas reuniões e cuja preservação e divulgação devem fazer parte dos projetos de nosso trabalho.

Hábitos – passeios pela mata, escaladas, grupos de observação de pássaros são típicos e tradicionais da cidade. Por falta de segurança e divulgação acabam por serem substituídos pelo chope na esquina.

Conhecimentos – o conhecimento da história das famílias, das denominações dos bairros, dos rios e das montanhas, dos pontos importantes da cidade são traços que vão se perdendo por falta de registro, divulgação e noção de importância.

Fazeres – a habilidade manual na produção de cerâmica artística, artefatos de madeira e alimentos como pães, biscoitos e doces, bem como patês e embutidos tão típicos da cidade precisam de mais apoio e divulgação.

Tradições – danças típicas de origem germânica, construções em forma de chalés, as charretes, os carrinhos puxados por bodes, as pontes com guarda corpos em madeira em travess cruzadas pintadas de vermelho, os corais, os desfiles de estudantes no 7 de setembro, a decoração de Natal, a semana inglesa, os canteiros de flores à beira dos rios são traços culturais característicos da cidade. Infelizmente imposições externas de modernidade tendem a destruí-las. Muitos já desapareceram. Salvar o que resta é uma missão quase impossível.

Manifestações artísticas – dentro das tradições, os corais nos representam. Mas sempre tivemos também escolas de música, ballet, de danças clássicas e modernas. Uma plêiade de artistas plásticos de projeção até internacional são mal divulgados e mal reconhecidos e merecem estar também à frente de nosso patrimônio artístico.

Também por fim, mas não menos importante, Petrópolis foi e continua sendo berço e destino de importantes escritores e poetas que enriquecem nossa literatura.

Finalmente, essencial para o tema deste GT, assim como certamente o é para os demais GTs, qualquer que seja o projeto proposto, há que se fazer o planejamento adequado, e almejando o melhor, a excelência. A cidade que desejamos não se contenta com menos.

Não é à toa que o lema do PEP20 é “Construindo a Petrópolis que Queremos”.

Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural

Ficou patente que temos uma quantidade de prédios desocupados ou mal ocupados que poderão abrigar nosso tão sonhado enriquecimento artístico;

Propostas

1. Locais para um teatro de arena ou mesmo um teatro de porte para concertos e festivais podem ser idealizados a partir de galpões industriais;
2. Também onde houve um dia uma indústria têxtil, um museu desta mesma atividade poderia ser criado e visitado por turistas e estudantes, constituindo mais uma atração para a cidade, que já foi famosa por seus tecidos;
3. Ainda seguindo a mesma ideia, a criação de um museu da memória da cidade, para abrigar inúmeros dados, objetos, fotos, etc., se faz mais que necessário. Muita coisa já se perdeu.

Recomendações Oferecidas pelas Entidades AMA Centro Histórico da Cidade Imperial de Petrópolis e pelo Instituto Civis de Petrópolis (2013)

Em agosto de 2013, as entidades AMA Centro Histórico da Cidade Imperial de Petrópolis e Instituto Civis de Petrópolis protocolaram uma carta ao prefeito de Petrópolis, em que pedem ao prefeito compromissos no sentido de efetivar a preservação do patrimônio cultural e natural de Petrópolis. Adaptadas desse documento, as recomendações são as seguintes:

1. Definir e adotar uma efetiva e eficaz política de preservação para o patrimônio histórico e cultural de Petrópolis;
2. Implementar a gestão compartilhada entre a sociedade civil e os órgãos de preservação do patrimônio;
3. Elaborar critérios de preservação a fim de facilitar a fiscalização e o cumprimento da frágil legislação existente, com a sociedade civil;
4. Apresentar um inventário e plano de manejo para o patrimônio natural de Petrópolis, especialmente a arborização pública;
5. Elaborar um inventário do patrimônio material e imaterial tombado em Petrópolis, para consulta pública, no Arquivo Histórico da cidade, valorizado com um projeto para aquisição de sede própria, garantindo acervo digitalizado e climatizado;
6. Adotar planos de uso para proteger os espaços públicos de ações predatórias;
7. Disponibilizar os estudos já elaborados para o plano de mobilidade urbana, a fim de garantir a participação da sociedade civil qualificada e maior agilidade na reversão do catastrófico impacto sobre o patrimônio edificado e natural;
8. Criar uma Direção Geral do Patrimônio Cultural, vinculada à Fundação de Turismo e Cultura, com quatro técnicos qualificados, a fim de efetivar o comprometimento do poder local com a preservação;
9. Intensificar a fiscalização de intervenções nos locais históricos que descaracterizam a paisagem cultural e natural tombada, como a proliferação de condomínios;
10. Exigir a apresentação de Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) e do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), conforme o Estatuto das Cidades, a observância da Lei do Parcelamento Urbano do Solo (LUPOS) sem interferência nefasta da COPERLUPOS, e o acompanhamento do MPF, antes de licenciar novas intervenções;
11. Implementar ações de educação patrimonial, para valorizar o patrimônio tombado de Petrópolis junto às escolas e à população;
12. Definir urgentemente uma política de combate à ocupação irregular em áreas de risco, com proteção da mata nativa que integra a paisagem tombada;
13. Garantir a reserva de recursos do PAC das Cidades Históricas para o sítio tombado de Petrópolis;
14. Apresentar aos órgãos de fomento, em caráter emergencial, os projetos de restauração dos bens em estado de abandono, públicos ou privados, de Petrópolis.

Fomento à Produção Cultural

Uma visão da produção cultural no município deve envolver as manifestações culturais de todos tipos, incluindo eventos, oficinas, intercâmbios e outras. Sem um compromisso da administração pública de apoiar as manifestações culturais, o município perde um importante vetor de desenvolvimento pleno.

As manifestações culturais no município têm um papel de integração, ao mesmo tempo que promovem o resgate das tradições culturais. Entretanto, as políticas de estímulo às manifestações culturais em Petrópolis também têm que ser integradas, promovendo as manifestações culturais das diferentes comunidades locais, para o resto do município, ajudando a descentralizar essas manifestações.

As políticas de apoio às manifestações culturais podem estimular o uso de espaços alternativos, não convencionais, como parques e praças, e sua integração com as atividades e programas de educação e meio ambiente também fortalecem esses programas. A distribuição dessas manifestações em diferentes espaços ajuda na resignificação dos bairros e distritos, e justifica a manutenção de espaços permanentemente disponíveis para a população, um ganho para a população petropolitana.

Outra importante função das atividades culturais em espaços tombados ou de valor cultural, histórico ou ambiental, é que podem ajudar a preservar esses mesmos espaços, ao torna-los parte integral de atividades que geram benefícios para o município e para os participantes. Ao ser vista como vetor de desenvolvimento para o município, a Cultura se tornará mais valorizada e mais sustentável, inclusive financeiramente.

Entretanto, o uso da Cultura de forma indevida, com desvios, falta de transparência e participação da comunidade e de quem produz cultura, leva a um distanciamento entre a população e a Cultura. Políticas voltadas para a Cultura, que respeitam os anseios de quem produz cultura e da população, fortalecem o elo entre as pessoas e a Cultura, pois as demonstrações culturais têm fortes raízes na população, e se bem conduzidas, essa expressão é motivadora e gera qualidade de vida.

As propostas para o tema reconhecem a forte vocação petropolitana para alavancar seu desenvolvimento através de atividades voltadas para o turismo e meio ambiente.

Propostas

- Novos espaços devem ser oferecidos e habilitados para as diversas manifestações culturais que podem ocorrer ali, fortalecendo atividades econômicas e o bem-estar. Espaços alternativos devem ampliar o nível de atividades culturais e seu efeito benéfico no município;
- As políticas de estímulo às manifestações culturais devem ser desenvolvidas no âmbito de uma coordenação com as Secretarias responsáveis pelo turismo, meio ambiente e desenvolvimento econômico no município;
- Reconhecendo o potencial das atividades culturais para a preservação de bens tombados, as políticas de estímulo às manifestações culturais devem buscar a utilização desses imóveis, dentro de rígidas condicionantes, para evitar danos ou sua degradação.

Plataforma da Cultura de Petrópolis, apresentada pelo Fórum Popular de Cultura de Petrópolis

Em setembro de 2020, o Fórum Popular de Cultura de Petrópolis produziu o documento “Plataforma Eleitoral da Cultura de Petrópolis 2020” a ser apresentado aos candidatos nas eleições municipais de 2020, em Petrópolis. O texto aborda diversos dos temas que foram discutidos pelo GT08, e representa uma colaboração com recomendações específicas para a área da Cultura em Petrópolis.

O documento contém as seguintes propostas:

- 1. Recriação da Fundação Municipal de Cultura, ou órgão gestor das políticas culturais do município, que venha a ter:
 - Autonomia jurídica para publicação de licitações, contratação e realização de pagamentos;
 - CNPJ próprio, para captar recursos privados através de leis de incentivo à cultura, para as festas e eventos municipais, evitando licitações viciadas que beneficiam somente empresas contactadas pelo gestor público;
 - Agilidade e atendimento às necessidades culturais do município.
- 2. Respeito à Lei do Sistema Municipal de Cultura (Lei 6.808/10 e a subsequente com validade entre 2021 e 2030, a ser publicada), que institui o Conselho, o Plano e o Fundo - CPF da Cultura - e prevê realização anual de editais públicos de projetos culturais, através do Fundo Municipal de Cultura, cuja dotação inclui 5% do orçamento anual da entidade de cultura municipal (atual IMCE), 25% da bilheteria da Casa Santos Dumont e 50% da bilheteria do Theatro D. Pedro.
- 3. Revitalização e execução contínua da programação do Centro de Cultura Raul de Leoni (CCRL) - o maior centro cultural do interior do Estado do Rio de Janeiro, com área de 5.080 metros quadrados - principal polo artístico petropolitano, cuja versatilidade de arquitetura moderna e multifuncional atende às mais diversas manifestações artísticas e culturais. O CCRL conta com: a Sala de Teatro Afonso Arinos, com 150 lugares; Sala de Música Guiomar Novaes, onde acontecem ensaios de corais; Sala de Cinema Humberto Mauro, com 56 lugares; Sala de cursos Sylvia Orthof; quatro salas de exposição (Galeria Djanira, Galeria Van Dijk, Galeria Aloísio Magalhães e Espaço Alternativo); Biblioteca Municipal Central Gabriela Mistral; e Arquivo Histórico Municipal. Seu espaço também constitui a sede administrativa do Instituto Municipal de Cultura e Esportes de Petrópolis. O prédio está localizado no coração do Centro Histórico da cidade, marco inconfundível na paisagem da cidade, cujo entorno abrange vasto comércio, restaurantes, outros equipamentos culturais e atrativos turísticos.
- 4. Retirada do CIOP e de qualquer órgão que não tenha finalidade cultural do espaço interno do CCRL.
- 5. Limpeza e recuperação da fachada externa do Centro de Cultura Raul de Leoni.
- 6. Abertura do CCRL aos finais de semana para visitação e eventos. A Biblioteca deve manter funcionamento normal de segunda à sexta.
- 7. Reorganização administrativa do órgão gestor da Cultura com a recriação dos cargos técnicos (extintos na reforma administrativa de 2017 Lei 7.510/17)

D.O 12/04/2017) como museólogo, bibliotecário, etc., de acordo com o organograma consolidado na Lei 6.769/10 D.O. 21/07/2010.

- 8. Realizar contratações de apresentações/projetos culturais para compor a programação do CCRL anualmente. Sugerimos que haja pelos menos duas exposições (dois meses em cartaz) e quatro apresentações mensais, totalizando um investimento mensal entre R\$ 20 mil e R\$ 25 mil reais. Considerando que o IMCE pagou cachês de R\$ 75 mil a R\$ 200 mil reais por uma única apresentação nos últimos anos, consideramos que o recurso gasto em apenas três ou quatro apresentações deveria se converter no financiamento anual da programação do maior Centro de Cultura do interior do Rio de Janeiro.
- 9. Criação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura através do desconto de ISS e IPTU para projetos culturais de interesse público. Uma minuta da lei já foi desenvolvida pela sociedade civil e poderá ser apresentada ao poder público no início da nova gestão (2021).
- 10. Criação da Lei Municipal Cultura Viva. Programa Cultura Viva dos Pontos de Cultura. A lei proposta reconhece e fomenta grupos, coletivos fazedores de arte e cultura em seus territórios.

Referências e bibliografia

Uma pasta contendo todos os documentos que tratam dos temas desta seção, disponibilizados como referências e bibliografia aos colaboradores do GT08, está disponível na nuvem, num espaço de armazenamento especialmente dedicado a estes documentos. O link para a pasta com todos esses arquivos é:

https://drive.google.com/drive/folders/1RzZEWw6KrD-T_DStQRB_huE0-DDxg_d1?usp=sharing

Todos os documentos (nomes dos arquivos digitais, com links embutidos) que tratam dos temas do GT08, também estão listados ao final deste trabalho, na Seção [Referências e Bibliografia](#).